

Governo já prepara as

Sarney quer mudanças na administração e nas

Economia - Brasil

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 27 de abril de 1986 17

novas reformas

áreas financeira e previdenciária

HELIVAL RIOS
Da Editoria de Economia

Quem estiver pensando que a imaginação do Governo se esgotou com o Plano Cruzado está cometendo um grave equívoco: o presidente José Sarney já mandou preparar um novo conjunto de reformas de grande impacto, fundamentalmente voltadas para as áreas de administração pública, área financeira e previdenciária. Juntamente com estas três reformas, o Governo quer também promover uma série de mudanças essenciais nas áreas social e trabalhista, de modo a deflagrar no País, de fato, uma nova política de redistribuição de renda.

A reforma administrativa, ora em preparação no Governo, está inspirada no modelo francês de administração pública. A idéia básica, segundo informações colhidas no Palácio do Planalto, é a de impor maior eficiência no sistema administrativo do País. O funcionário público deve ser melhor treinado e deve ter uma carreira pela frente, passando a ocupar, de fato, os cargos administrativos mais importantes no seu setor. Atualmente, verifica-se no Brasil uma grave distorção na área da administração pública e um grande desperdício de recursos humanos.

Normalmente, as funções técnicas e administrativas mais elevadas, por exemplo, dentro de um Ministério, são ocupadas por pessoas de fora, trazidas, em geral, pelos novos ministros. Muda-se o ministro e logo tem-se a mudança de todo o segundo e terceiro escalões ministeriais, com raríssimas exceções. Entre estas exceções destacam-se órgãos muito especializados como a Secretaria da Receita Federal, a CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), sem falar, é claro, no próprio Banco do Brasil e no Itamarati. De um modo geral, contudo, os cargos de chefia da administração direta e indireta nunca ou quase nunca são ocupados por funcionários de carreira — o que é válido também para estes organismos citados como exceção.

DESPERDÍCIO

Não é raro ver-se funcionário treinado anos e anos num determinado setor ser, de repente, deslocado,

por indicação de um novo ministro ou uma nova autoridade qualquer, para ir ocupar um cargo decisivo em outro setor da administração pública, do qual não entende absolutamente nada. Assim, um profissional que passou muito tempo trabalhando com o setor de aço vai, de repente, dirigir uma empresa de energia elétrica; alguém que cuidava de crédito agrícola no Banco Central é guinado para um órgão ligado à arrecadação de impostos; ou um profissional na área de planejamento em saúde que vai, de repente, dirigir um organismo responsável pela política de informática.

Com esse remanejamento muito freqüente no Brasil a administração pública enfrenta um brutal desperdício de recursos humanos. Frequentemente, pessoas estão à frente de setores dos quais não entendem absolutamente nada. Não satisfeitas, estas pessoas promovem grandes alterações na estrutura daquele organismo que dirige, levando para lá amigos, profissionais também de outro ramo. A ineficiência, então, torna-se generalizada.

Na França, o funcionário público faz, de fato, uma carreira. As pessoas militam num determinado setor anos e anos e vão cada vez mais tendo oportunidade de renovar, de aprimorar seus conhecimentos dentro da própria estrutura administrativa, ou através de cursos de treinamento. Seguem, de fato, uma carreira no setor público. O ex-presidente francês Giscard d'Estaing por exemplo, chegou a secretário-geral do Ministério das Finanças seguindo uma carreira de 20 anos no setor público, ou seja, por mérito próprio. De secretário-geral chegou, então, a ministro e a presidente da República, aí, então, obviamente, por mérito político. No Brasil não há essa carreira. É raro encontrar uma pessoa do segundo escalão que tenha feito carreira no próprio órgão que dirige.

REFORMA BANCÁRIA

Os estudos para a realização de uma reforma bancária ora desenvolvidos pelo Governo encontram inspiração nos modelos canadenses e norte-americanos. Entre as idéias analisadas, destacam-se a da modernização do setor financeiro, não no sentido operacional, mas no sentido estrutural-administrativo.

Por exemplo, o sistema atual não permite que o se-

tor financeiro de suporte efetivo ao desenvolvimento regional. A profunda distorção surgida a partir dos grandes conglomerados financeiros faz com que recursos captados no interior do Piauí, por exemplo, sejam aplicados não ao naquele Estado, mas no eixo Rio-São Paulo. Para neutralizar esta distorção, o Governo pretende criar um mecanismo que permita o surgimento e o fortalecimento de bancos regionais. Um recurso captado no interior de um estado, numa determinada microrregião, deve ser aplicado ali mesmo, impulsionando, assim, o desenvolvimento local.

O atual sistema também não permite a concessão de investimentos de longo prazo. Talvez até levado pelo jogo do imediatismo forçado pelas altas taxas de inflação, os bancos brasileiros especializaram-se em especular ao financeira e na busca de retornos de curtíssimo prazo. Ninguém quer fazer um empréstimo por um período de mais de um ano. Em 10 e 15 anos, pesados, nem pensar.

CARTAS-PATENTES

Outra distorção que o Governo pretende corrigir diz respeito à sistemática de emissão de cartas-patentes — um sistema verdadeiramente cartorial. Qual o inconveniente, por exemplo, de uma pessoa montar na praça, como monta uma papelaria ou uma loja de roupas, a sua banca de empréstimos, se ele tem recursos próprios para emprestar? Isso somente contribuiria para minar a formação de oligopólios, melhorando a oferta de dinheiro no mercado e reduzindo as taxas domésticas de juros.

O Governo pensa, assim, em criar bancos regionais e bancos fortes de desenvolvimento, capazes de bancar financiamentos de médio e de longo prazos, voltados para o investimento em setores que, pelas suas características, propiciam um retorno lento do capital empregado.

PREVIDÊNCIA

Outra meta do Governo é submeter o sistema previdenciário do País a uma reforma profunda, segundo se informa no Palácio do Planalto. O déficit da Previdência pode ser momentaneamente extinto, dentro do sistema atual. Entretanto, as causas geradoras deste déficit não são tocadas. A idéia central consiste em atingir estas causas.

E isto será feito, basicamente, alterando-se a forma de prestação de serviços médicos e a de cobrança dos encargos sociais.

Algumas das idéias estudadas indicam que seria saudável uma certa dissociação entre os sistemas de aposentadoria e o de atendimento médico. Ou seja, os dois não podem ser financiados por uma única contribuição. Assim, os serviços médicos teriam um "reforço extra" de receita dos seus usuários, muitos dos quais, atualmente, pagam médico particular. Seria melhor, então, pagar um pouco mais e utilizar-se de um melhor serviço do Inamps.

Já o sistema de encargos sociais sofreria uma reforma muito profunda. A idéia que se estuda é a de diferenciar, na cobrança dos encargos, os setores intensivos de mão-de-obra, daqueles intensivos de capital. Traduzindo: os setores que empregam relativamente poucas pessoas, sendo mais apoiados em tecnologia moderna, passariam a contribuir para a Previdência através do seu faturamento, e não mais através das folhas de salários. Cálculos feitos pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Social), do Ministério do Planejamento, mostram que uma mudança desta natureza simplesmente triplicaria as receitas do sistema previdenciário do País, propiciando assim o Governo condições de oferecer aposentadorias mais dignas.

AREA SOCIAL

Nas áreas social e trabalhista, o Governo tem convicção de que precisa promover grandes alterações. Além dos programas de caráter emergencial, com o fim de minimizar rapidamente as consequências provocadas pela miséria, pensa-se em montar, a médio e longo prazos, uma política de redistribuição de renda, via cobrança de impostos diretos e via aumento real de salários.

Crê o Governo, contudo, que a estrutura central destas mudanças mais substanciais será assentada pela Constituinte. O raciocínio também é válido para a área trabalhista. Todavia, mesmo antes da Constituinte, pretende-se promover algumas alterações substanciais no setor, como será o caso de uma nova Lei de Greve, cujo projeto já está recebendo os retoques finais pelo ministro Almir Pazzianotto.